

Relatório Anual 2013





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
DIRETORIA EXECUTIVA	25
CONTADOR	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2013	27
UNIDADES FABRIS/FILIAIS	28



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete a apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Mensagem da Administração

Completamos neste exercício 65 anos de atividades, com muito entusiasmo e orgulho. Alteramos a denominação social da nossa organização, que ao longo dos últimos anos consolidou-se como indústria de alimentos superando desafios e dificuldades, impostos por um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

A Pamplona Alimentos S.A., dotada de um sistema de governança corporativa mais representativo, alinhado às melhores práticas do mercado, passa por um momento importante, marcado por evidentes conquistas e progressos, frutos da solidez dos seus fundamentos que se refletem na consistência dos resultados e da sua crença no legado dos seus fundadores, que sempre primaram pela ética e em crescer com qualidade e de forma sustentada.

Em busca da diferenciação do portfólio de produtos, de novos mercados, da inovação e sustentabilidade, exigidas pelo mercado extremamente competitivo, implementamos ações importantes do nosso planejamento estratégico em 2013.

Aprovamos junto aos bancos de fomento e privados, a implantação de uma indústria de embutidos (presuntos e salames) na unidade de Rio do Sul, com capacidade de produção de 11.032 toneladas ano, com previsão de conclusão das obras no primeiro trimestre de 2015, que permitirá um incremento de 15 p.p. na comercialização de produtos industrializados (produtos de maior valor agregado), crescendo para 45% a participação destes nas vendas totais.

Outro investimento importante foi a aprovação do projeto que ampliará e modernizará o parque industrial na unidade de Presidente Getúlio com previsão de conclusão para o quarto trimestre de 2014.

Estamos finalizando a estruturação do alongamento da dívida em moeda nacional com a emissão de debêntures não conversíveis, que possibilitará além da redução das despesas financeiras, certa carência e melhora do índice de liquidez corrente.

Ainda no último semestre, lançamos uma nova linha de carnes nobres bovinas e de pratos prontos assados de carne suína e conquistamos a abertura dos mercados da China e do Japão.

O ano de 2013 foi desafiador para a Pamplona Alimentos S.A., que voltou a se defrontar com um ambiente interno e externo turbulento, apesar de operar em plena capacidade. O exercício foi marcado pela estabilidade cambial até maio de 2013 e pelo fechamento das exportações para Rússia, Ucrânia e parcialmente para a Argentina, quando então tanto os mercados interno como externo ficaram superofertados, não aceitando repasses para os preços de vendas pela inflação interna acumulada no período, esta oriunda da elevação dos custos das *commodities* (milho, soja e suíno vivo), prejudicando sobremaneira o desempenho operacional da Companhia.

A Receita Operacional Bruta (ROB) no exercício de 2013, totalizou R\$ 757 milhões, 8% superior a do ano de 2012, apesar da queda das exportações. As vendas de produtos industrializados (produtos de maior valor agregado) representaram 28,5% da ROB, ou seja, um crescimento de 3.5 p.p. em relação ao exercício de 2012, proveniente da ampliação do mix de produtos industrializados e dos volumes, estes escoados em grande parte através dos centros de distribuição, localizados nas regiões sul e sudeste, tendo como alvo o varejo.

Para 2014 a expectativa da Pamplona Alimentos S.A. é de prosseguir firmemente na busca da melhoria da sua performance, ampliando continuamente as suas operações fabris, bem como a participação dos produtos industrializados, lançando novos produtos e atuando em novos mercados.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração

Informações Operacionais e Financeiras

Na tabela abaixo estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2013.

DESTAQUES (HIGHLIGHTS) (Em milhares de reais)			
INDICADORES ECONÔMICOS	2013	2012	Varição
Receita operacional bruta	757.441	701.090	8,0%
Mercado interno	449.987	346.918	29,7%
Mercado externo	307.454	354.172	-13,2%
Receita operacional líquida	689.149	651.596	5,8%
Lucro bruto	99.617	118.060	-15,6%
LAJIR/EBIT	29.130	61.184	-52,4%
LAJIDA/EBITDA	37.735	69.075	-45,4%
Lucro (prejuízo) líquido	7.870	28.265	-72,2%
MARGENS			
Margem bruta	14,5%	18,1%	-3,7pp
Margem LAJIR/EBIT	4,2%	9,4%	-5,2pp
Margem LAJIDA/EBITDA	5,5%	10,6%	-5,1pp
Margem líquida	1,1%	4,3%	-3,2pp
INDICADORES FINANCEIROS			
Ativo total	530.904	482.124	10,1%
Patrimônio líquido	213.318	208.748	2,2%
Dívida líquida	152.909	136.404	12,1%
Dívida líquida/PL	71,68%	65,34%	6,3pp
Dívida líquida/EBITDA	4,1x	2 x	2,1 x
Investimentos (CAPEX)	11.889	11.135	6,8%
Nº de funcionários	1.709	1.642	4,1%
Receita Líquida por funcionário	403	397	1,6%

Mercado e Desempenho do Setor de Carnes Suínas

A suinocultura em 2013

“O ano de 2013 terminou de forma positiva para todo o setor produtivo de suínos. Não era o que parecia nos primeiros meses do ano. As cotações dos insumos da produção, principalmente o milho, até estavam em patamares favoráveis à produção animal e os preços do suíno reagiram lentamente. O indicativo era de um ano tendendo a melhoras. No entanto, o embargo da Ucrânia em março foi uma ducha de água fria em qualquer expectativa do setor.

Os volumes retidos no País depressimaram os preços internos do produto e os próprios produtores. Na eminência de uma nova crise, sem ainda ter saído da anterior, os suinocultores passaram a abater animais mais leves em uma tentativa de amenizar os prejuízos. Este processo de antecipar o suíno para abate, atrelado a alguns outros fatores pontuais, levou a redução na oferta de carne suína no mercado brasileiro. Em Junho a Ucrânia liberou novamente os embarques oriundos do País, levando todos os volumes que haviam ficados retidos. Sem estoques e com menor disponibilidade interna de carne, os preços do suíno começaram a reagir positivamente ao longo do segundo semestre. Mesmo nas exportações, que foram em meses anteriores, o Brasil só não vendeu mais no final do ano porque não havia mais carne disponível. O resultado foi um encerramento do ano positivo para o setor, com ótimas perspectivas para 2014.

Perspectivas para 2014

O cenário apresentado nos meses finais deste ano tende a se repetir ao longo de 2014. Segundo a análise da Abipecs (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína), a oferta de carne suína irá se manter abaixo do potencial de demanda, agregando vantagem de os preços de milho e soja oscilarem em patamares inferiores até aos de 2013. (...). A ABCS (Associação Brasileira de Criadores de Suínos) também reforça a expectativa positiva em relação a 2014, apontando indícios de ser altamente positivo para o setor produtivo de suínos.”

Fonte: Anuário 2014 da Suinocultura Industrial



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

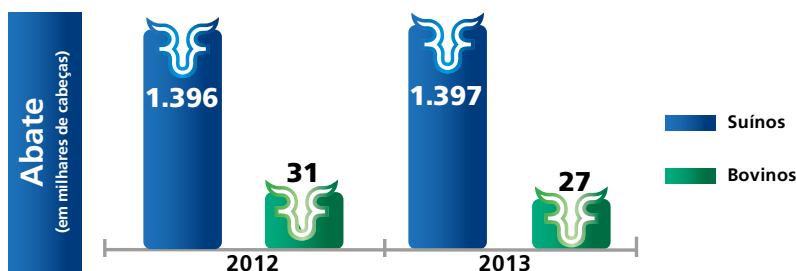


Relatório da Administração

Desempenho Econômico-Financeiro

Produção (Plano de Abates)

Em 2013 a Pamplona Alimentos S.A. operou em plena capacidade. Foram abatidas 1.397 mil cabeças de suínos mantendo os níveis de 2012. Já o plano de abates de bovinos atingiu 27 mil cabeças. O registro é 12,9% inferior ao ano anterior - novamente readequado dado a limitação do plantel em Santa Catarina e a baixa margem de comercialização.



Desempenho Operacional

O resultado apresentado no primeiro semestre de 2013 pela Pamplona Alimentos S.A. foi prejudicado em grande parte pelo fechamento das exportações para a Ucrânia às empresas brasileiras, que direcionaram volumes significativos de carnes suínas *in natura* para o mercado interno, e pela volatilidade cambial.

Tal situação reduziu os preços de vendas da Pamplona Alimentos S.A., não possibilitando o repasse da inflação interna, esta oriunda da elevação dos custos das *commodities* (milho, soja e suíno vivo).

Já no segundo semestre, impulsionados pela liberação das exportações para Ucrânia e pela valorização do dólar, os volumes represados pelos exportadores brasileiros foram escoados para o mercado externo, regulando a oferta.

Assim, a Pamplona Alimentos S.A. foi favorecida pela regularidade da oferta de carnes suínas *in natura*, pela estabilidade cambial e pela maior participação nas vendas de industrializados (produtos de maior valor agregado), estes direcionados para o varejo, revertendo assim os prejuízos acumulados no primeiro semestre encerrando o exercício com certa lucratividade.

Vendas Físicas

As vendas do exercício de 2013 totalizaram 124.567 toneladas, sendo 2,1% inferior ao ano de 2012, em razão da não comercialização de carcaças suínas, destacando-se as vendas de industrializados que cresceram 15,6%, participando 28,7% contra 24,9% em 2012 do total das vendas.

PRODUTOS (em Ton)	2013			2012		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	37.216	51.370	88.586	28.676	66.049	94.725
Carne Bovina	4.412	1.636	6.048	4.382	2.200	6.582
Industrializados	29.129	804	29.933	24.789	1.114	25.903
TOTAL GERAL	70.757	53.810	124.567	57.847	69.363	127.210

Receita Operacional Bruta (ROB)

A ROB em 2013 atingiu R\$ 757.441 mil, registrando um acréscimo de 8% em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado interno cresceram 30,3% em razão do recrudescimento das exportações para a Rússia, Ucrânia e parcialmente para a Argentina, e da maior participação dos industrializados (produtos de maior valor agregado), direcionados em grande parte para o varejo.

Receita Operacional Bruta – por produtos e mercados (Em milhares de reais)

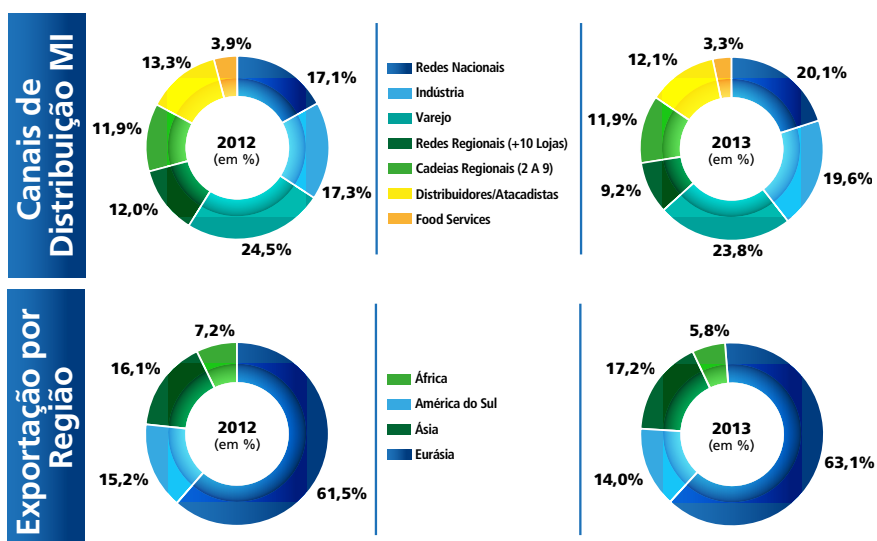
PRODUTOS	2013			2012		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	192.407	289.534	481.941	128.446	332.893	461.339
Carne Bovina	38.424	14.120	52.544	37.339	16.695	54.034
Industrializados	213.493	3.800	217.293	169.851	4.584	174.435
Outros	5.663	0	5.663	11.282	0	11.282
TOTAL GERAL	449.987	307.454	757.441	346.918	354.172	701.090



www.pamplona.com.br



Relatório da Administração



Resultado Bruto e Margens

O lucro bruto de 2013 totalizou R\$ 99.617 mil (R\$ 118.060 mil em 2012). A margem bruta atingiu 14,5%, ante a de 18,1% registrada em 2012, e foi prejudicada sobremaneira pelo fraco desempenho do primeiro semestre de 2013 face à queda das margens.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas: Totalizaram R\$ 58.975 mil no exercício em referência, ante R\$ 48.486 mil em 2012 e corresponderam a 8,6% e 7,4% da receita líquida, respectivamente, em função do acréscimo das despesas com fretes, bonificações e comissões a representantes, provenientes do aumento dos volumes de vendas para o mercado interno.

Despesas Administrativas: Em 2013 somaram R\$ 12.302 mil, contra R\$ 9.404 mil em 2012 e corresponderam a 1,8% e 1,4% da receita líquida, respectivamente, dado a adequação/retificação de procedimentos fiscais e ao pagamento de honorários advocatícios frente ao êxito obtido nos processos cíveis.

Resultado Financeiro Líquido

Registramos em 2013 um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 19.342 mil, contra um resultado negativo líquido de R\$ 19.539 mil em 2012, que corresponderam a 2,8% e 3,0% sobre a receita líquida, respectivamente, que refletiram a redução dos *spreads* bancários.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA (lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos e depreciações) de 2013 foi de R\$ 37.736 mil, (45,37%) inferior ao ano de 2012 com margem EBITDA de 5,5% ante a de 10,6% do ano anterior, inferior em 5,1 p.p.

Composição EBITDA - (Em milhares de reais)		
PERÍODO	2013	2012
Receita Bruta	757.441	701.090
Dedução de Vendas	(68.292)	(49.494)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	689.149	651.596
(-) CPV	(589.532)	(533.536)
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	99.617	118.060
MARGEM BRUTA	14,5%	18,1%
(-) Despesas Comerciais	(58.975)	(48.486)
(-) Despesas Administrativas e Gerais	(12.302)	(9.404)
(+) Outras receitas operacionais	790	1.014
(+) Depreciação	8.605	7.891
(=) EBITDA	37.736	69.075
MARGEM EBITDA	5,5%	10,6%



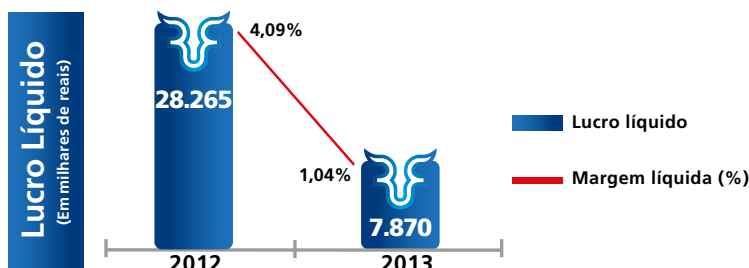
PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração

Lucro Líquido

Em consequência dos fatos já citados, o lucro líquido apresentou os valores demonstrados abaixo:



Investimentos

A Pamplona Alimentos S.A. investiu em 2013 R\$ 11.889 mil, ante uma depreciação de R\$ 8.605 mil, assim distribuídos: R\$ 8.876 mil na atualização tecnológica do parque fabril; R\$ 439 mil empregados na aquisição de veículos; R\$ 181 mil em investimento na tecnologia da informação; R\$ 1.118 mil em melhoramentos nos Centros de Distribuição; R\$ 1.231 mil na adequação de prédios funcionais e granjas e R\$ 44 mil em outros investimentos.

Disponibilidade e Endividamento

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras) da Pamplona Alimentos S.A. totalizava R\$ 152.909 mil em 31 de dezembro de 2013, dos quais 93% eram de curto prazo (R\$ 142.243 mil) e 7% de longo prazo (R\$ 10.666 mil). O aumento de R\$ 16.505 mil na dívida líquida em relação a 2012 se deveu principalmente à elevação da necessidade de capital de giro e aos investimentos realizados.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2013			2012		
	CP	LP	TOTAL	CP	LP	TOTAL
Moeda Nacional	116.374	10.666	127.040	80.116	22.138	102.254
Moeda Estrangeira	45.537	–	45.537	33.327	11.684	45.011
(-) Disponibilidades	(17.031)	–	(17.031)	(6.597)	–	(6.597)
(-) Aplicações Financeiras	(2.637)	–	(2.637)	(4.264)	–	(4.264)
TOTAL GERAL	142.243	10.666	152.909	102.582	33.822	136.404

Distribuição de Riquezas

Em 2013, a Pamplona Alimentos S.A. gerou um valor adicionado de R\$ 156.298 mil, 3,12% inferior ao ano de 2012, que decorreu exclusivamente da menor remuneração de capitais próprios. Esse valor foi resultante das receitas de produtos e serviços, líquidos de descontos concedidos, no montante de R\$ 742.667 mil, deduzidos dos custos de R\$ 586.369 mil relativos a insumos, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e receitas financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado - (Em milhares de reais)		
PERÍODO	2013	2012
Empregados	47.926	41.950
Tributos	68.334	59.164
Remuneração de Capitais de Terceiros	32.168	31.795
Remuneração de Capitais Próprios	7.870	28.265
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	156.298	161.174

Gestão do meio ambiente e certificações

A Companhia está em consonância com a legislação e normas ambientais vigentes, sendo consideradas e observadas as questões ambientais nas fases de projeto, construção e operação de suas unidades industriais e granjas. Todas as unidades de produção estão autorizadas pelos órgãos reguladores para funcionar e estão sujeitas a supervisão contínua. Além dos investimentos já realizados nas unidades de produção e granjas da Pamplona Alimentos S.A. para a adequação à legislação ambiental, foram realizados diversos investimentos adicionais nas unidades de produção, como medida preventiva e antecipatória.

A Companhia possui um sistema de gestão ambiental que permite desenvolver e implementar políticas e objetivos que levem em consideração os requisitos legais e as informações sobre aspectos ambientais significativos.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração

Colaboradores

A Pamplona Alimentos S.A. em sintonia com os valores éticos e morais, mantém políticas e práticas de gestão que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, preocupando-se com sua saúde, bem-estar, segurança e desenvolvimento pessoal e profissional.

A Companhia desenvolve ainda, uma política de segurança no ambiente de trabalho voltada a todos os colaboradores, realizando eventos específicos e implementando procedimentos preventivos com a meta de obter zero acidentes em suas unidades.

Governança Corporativa

A Pamplona Alimentos S.A. está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que seu objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos, sendo três independentes e possuem mandatos unificados de dois anos. É responsável pelo estabelecimento de políticas estratégicas gerais e de metas, além da definição de políticas comerciais gerais, eleger diretores e fiscalizar as suas gestões.

Auditores Independentes

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes, empresa contratada no início de 2008, tendo sido selecionada pela diretoria para realizar os serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que esta empresa de auditoria não prestou, em 2012 e 2013 quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece a seus acionistas, conselheiros, clientes, parceiros, fornecedores, instituições financeiras, órgãos reguladores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano, e além disto continuará focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de toda a sua equipe, visando oferecer sempre a seus clientes produtos práticos, saudáveis e seguros.

Rio do Sul (SC), 21 de março de 2014

A Administração



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.031	6.597
Aplicações financeiras	5	2.637	4.264
Contas a receber de clientes	6	82.707	74.889
Estoques	7	28.879	25.935
Ativos biológicos	8	76.556	71.807
Impostos a recuperar	10	68.116	49.837
Outras contas a receber		3.535	4.596
		279.461	237.925
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	2.553	2.077
Impostos a recuperar	10	20.196	16.189
Outros créditos a receber		1.083	1.732
Ativos biológicos	8	17.228	16.629
Propriedades para investimentos		5.934	5.384
Imobilizado	12	201.384	199.281
Intangível		3.065	2.907
		251.443	244.199
Total do ativo		530.904	482.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2013	2012
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	161.911	113.443
Fornecedores		63.251	56.234
Salários, encargos e contribuições sociais		8.159	7.814
Obrigações tributárias		4.092	975
Comissões a pagar		1.270	1.012
Outras contas a pagar		6.285	5.091
		244.968	184.569
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	10.666	33.822
Provisão para contingências	9	33.257	24.183
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	11	26.708	29.486
Outras contas a pagar		1.987	1.316
		72.618	88.807
Patrimônio líquido			
Capital social	14	122.000	121.400
Ajuste de avaliação patrimonial		84.238	86.109
Reserva legal		1.632	1.239
Reservas de lucros		5.448	–
		213.318	208.748
Total do passivo e patrimônio líquido		530.904	482.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	17	689.149	651.596
Custo dos produtos vendidos	18	(589.532)	(533.536)
Lucro bruto		99.617	118.060
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	18	(58.975)	(48.486)
Administrativas e gerais	18	(12.302)	(9.404)
Outras receitas operacionais		790	1.014
Resultado antes do resultado financeiro		29.130	61.184
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	12.061	11.828
Despesas financeiras	19	(31.403)	(31.367)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.788	41.645
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	(4.696)	(7.980)
Diferido	11	2.778	(5.400)
Resultado do exercício		7.870	28.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Resultado do exercício	7.870	28.265
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	7.870	28.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011		120.000	88.022	–	–	(26.759)	181.263
Integralização de capital		1.400	–	–	–	–	1.400
Realização do custo atribuído	14.b	–	(2.899)	–	–	2.899	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	–	986	–	–	(986)	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	28.265	28.265
Transferência de lucros para reserva legal		–	–	1.239	–	(1.239)	–
Juros sobre o capital próprio	15	–	–	–	–	(2.180)	(2.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		121.400	86.109	1.239	–	–	208.748
Integralização de capital		600	–	–	–	–	600
Realização do custo atribuído	14.b	–	(2.835)	–	–	2.835	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	–	964	–	–	(964)	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	7.870	7.870
Constituição de reserva legal	14.d	–	–	393	–	(393)	–
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	5.448	(5.448)	–
Juros sobre o capital próprio	15	–	–	–	–	(3.900)	(3.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		122.000	84.238	1.632	5.448	–	213.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2013	2012
Resultado do exercício	7.870	28.265
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8.605	7.891
Impostos diferidos	(2.778)	5.400
Resultado na venda de ativo imobilizado	1.007	281
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	9.074	(1.377)
Juros e variação cambial não realizadas	1.575	(3.147)
	25.353	37.313
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(7.818)	277
Estoques	(2.944)	(4.453)
Ativos biológicos	(5.348)	(24.278)
Impostos a recuperar	(22.286)	(13.988)
Outras contas a receber	1.710	3.419
Depósitos judiciais	(476)	(460)
Fornecedores	7.017	2.630
Contas a pagar e comissões	2.123	835
Obrigações tributárias	3.117	168
Salários, encargos e contribuições sociais	345	(267)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	793	1.196
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	443	798
Aquisição de ativo imobilizado	(11.889)	(11.135)
Aquisição de intangível	(427)	(593)
Aumento investimentos	(550)	(900)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(12.423)	(11.830)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(15.788)	(14.806)
Empréstimos tomados	231.355	231.217
Pagamentos de empréstimos	(191.830)	(204.334)
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	1.627	(1.144)
Juros sobre o capital próprio pagos	(3.900)	(2.180)
Aporte capital de acionistas	600	1.400
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	22.064	10.153
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.434	(481)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.597	7.078
No fim do exercício	17.031	6.597
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.434	(481)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	741.906	688.549
Outras receitas	839	1.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(78)	2
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(456.791)	(423.921)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(133.057)	(108.485)
Valor adicionado bruto	152.819	157.233
Depreciação, amortização e exaustão	(8.605)	(7.891)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	144.214	149.342
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.061	11.828
Outras	23	4
Valor adicionado total a distribuir	156.298	161.174
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	42.866	37.903
Benefícios	1.030	778
FGTS	4.030	3.269
Tributos		
Federais	26.423	29.329
Estaduais	41.779	29.753
Municipais	132	82
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31.404	31.367
Aluguéis	764	428
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	3.970	26.085
Juros sobre o capital próprio	3.900	2.180
Valor adicionado atribuído	156.298	161.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e nove granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera duas unidades industriais terceirizadas, uma de embutidos e outra de cortes, em Estação e Tupanciretã, respectivamente, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõem de oito centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, dois em São Paulo, e os demais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; no mercado externo desde 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais empresas no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar a mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas, à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2014.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8 - Ativos biológicos.
- Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.
- Nota 11 - Impostos diferidos.
- Nota 12 - Imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

b. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo:

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos que possuem liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

d. Estoques

Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia, e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Propriedades para investimentos

Representado principalmente por propriedades mantidas para investimento, refere-se a propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

h. Ativos intangíveis

A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e as novas práticas contábeis. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	105	97
Bancos	12.163	2.625
Aplicações financeiras	4.763	3.875
Total de caixa e equivalente de caixa	17.031	6.597

Referem-se as aplicações em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

Referem-se as aplicações em Certificados de Depósito Bancário remuneradas com base na variação do CDI, vinculadas a contratos de financiamentos e empréstimos, as quais estão classificadas como mantidas até o vencimento.

6. Contas a receber de clientes

	2013	2012
No País	56.706	41.474
No Exterior	26.231	33.567
	82.937	75.041
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(230)	(152)
	82.707	74.889

7. Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	19.457	19.005
Produtos em elaboração	2.379	191
Matérias-primas	714	241
Estoques em poder de terceiros	984	857
Materiais secundários	2.846	3.250
Mercadorias para revenda	1.661	1.534
Almoxarifado	838	857
	28.879	25.935

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2013	2012
Plantel de suínos vivos	92.872	87.539
Plantel de bovinos vivos	100	91
Florestas	812	806
	93.784	88.436
Ativo circulante	76.556	71.807
Ativo não circulante	17.228	16.629

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou com base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. O aumento no saldo do Plantel de suínos vivos deve-se ao maior número de cabeças existentes em 31 de dezembro de 2013, a elevação do peso médio dos suínos alojados no campo e a maior valorização dos preços de mercado quando comparados com o ano anterior. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses.

9. Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2013	2012	2013	2012
Tributários	2.084	1.663	28.787	21.134
Cíveis	347	347	2.840	2.369
Trabalhista	122	67	1.630	680
Total	2.553	2.077	33.257	24.183



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2011	513	20.482	4.565	25.560
Adições	495	1.183	495	2.173
Baixas	(328)	(531)	(2.691)	(3.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	680	21.134	2.369	24.183
Adições	1.012	7.653	471	9.136
Baixas	(62)	-	-	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.630	28.787	2.840	33.257

Tributárias

Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS.

Contingências possíveis

A Companhia não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, como previsto nas práticas contábeis brasileiras. A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 44.430 (R\$ 31.860 em 2012), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência.

Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627")

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

10. Impostos a recuperar

	2013	2012
ICMS	26.815	19.427
COFINS a recuperar	35.077	20.815
PIS a recuperar	8.918	5.175
IPI a recuperar	158	127
Antecipações de IRPJ	12.476	15.843
Antecipações de CSLL	4.868	4.639
	88.312	66.026
Circulante	68.116	49.837
Não circulante	20.196	16.189

ICMS

Em razão das exportações, a Companhia acumula créditos que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e podem ser usados para compra de matéria-prima através de processo de transferências a fornecedores ou a terceiros. O acréscimo dos créditos no ano de 2013 deveu-se ao aumento dos incentivos oriundos de créditos presumidos. Com o aumento de produtos industrializados, mudança de mix de produção, que possuem uma tributação maior, e outras ações pontuais, fará com que estes créditos sejam monetizados nos próximos exercícios.

PIS e COFINS a recuperar

O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos destinados à exportação, os quais deverão ser realizados por compensação com débitos tributários e por meio de pedido de restituição junto às autoridades fiscais. A Companhia no ano de 2013 realizou uma revisão nos procedimentos de apuração de PIS e COFINS dos períodos de 2008 a 2013 e reconheceu extemporaneamente um crédito de R\$ 6.447. Para o ano de 2014 as ações da Companhia estarão voltadas para a monetização dos créditos de PIS e COFINS.

Antecipações de IRPJ e CSLL

Referem-se as retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição.

11. Impostos de renda e contribuição social correntes diferidos líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Ativo		
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	78	52
Provisão para contingências	11.307	7.527
Provisão para comissões	253	199
Provisão variação cambial passiva	866	461
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	16.584	18.643
Outras diferenças temporárias	1.385	969
	30.473	27.851
Passivo		
Custo atribuído	(43.395)	(44.359)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(10.586)	(9.474)
Provisão variação cambial ativa	(130)	-
Provisão sobre reavaliação	(2.963)	(3.178)
Outras diferenças temporárias	(107)	(326)
	(57.181)	(57.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(26.708)	(29.486)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013 nos seguintes exercícios:

2014	3.371
2015	5.656
2016	6.383
2017	1.174
	16.584

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2013	2012
Resultado antes dos impostos	9.788	41.645
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.328)	(14.159)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(108)	(158)
Receitas não tributáveis	192	196
Juros sobre o capital próprio	1.326	741
Imposto de renda e contribuição social	(1.918)	(13.380)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(4.696)	(7.980)
Impostos de renda e contribuição social diferido	2.778	(5.400)
	(1.918)	(13.380)
Alíquota efetiva	20%	32%



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

12. Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados		Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	91.846	87.752	45.113	2.118	8.836	981	2.801	234	878	240.559		
Adições	–	1.096	6.112	228	187	878	469	32	2.133	11.135		
Transferência	–	861	212	–	497	–	–	–	(1.570)	–		
Baixas	–	–	588	18	11	993	46	2	–	1.658		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	91.846	89.709	50.849	2.328	9.509	866	3.224	264	1.441	250.036		
Adições	–	986	5.507	204	370	439	178	12	4.193	11.889		
Transferência	34	1.218	712	17	1.369	–	3	–	(3.353)	–		
Baixas	–	122	917	58	2	408	120	8	843	2.478		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	91.791	56.151	2.491	11.246	897	3.285	268	1.438	259.447		
Movimentação da depreciação												
Saldos em 31 de dezembro de 2011	–	14.649	20.711	1.303	4.406	488	1.930	161	–	43.648		
Depreciação no período	–	3.125	3.255	158	880	83	367	23	–	7.891		
Baixa	–	–	449	14	3	274	42	2	–	784		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	–	17.774	23.517	1.447	5.283	297	2.255	182	–	50.755		
Depreciação no período	–	3.197	3.763	182	971	94	371	27	–	8.605		
Baixa	–	76	969	52	2	76	115	7	–	1.297		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	–	20.895	26.311	1.577	6.252	315	2.511	202	–	58.063		
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2012	91.846	71.935	27.332	881	4.226	569	969	82	1.441	199.281		
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2013	91.880	70.896	29.840	914	4.994	582	774	66	1.438	201.384		
Taxa de depreciação		2% a 4%	2,5 a 20%	10%	10%	20%	20%					

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

13. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2013	2012	
Capital de Giro	Juros de 6,75% a.a.	2013	R\$	–	5.249	
	CCB + 1,00% a.a.	2014	R\$	1.876	–	
	4,50% a 9,50% a.a.	2014/2015	R\$	32.982	18.520	
	1,01% a 1,03% a.m.	2013	R\$	–	7.371	
	TJFPE + 7,30% a.a.	2014	R\$	–	5.164	
	TJLP + 7,30% a 9,50% a.a.	2013	R\$	–	10.086	
	100% CDI + 0,33% a 0,50% a.m.	2014/2015	R\$	81.467	53.461	
	150% do CDI	2014	R\$	5.064	–	
	4,96% a 7,50% a.a. + variação cambial	2014	US\$	45.537	45.011	
Investimentos						
	BNDES	7% a.a. + TJLP e cesta de moedas	2013	R\$	–	76
		TJLP + 8,70% a.a.	2022	R\$	–	1.092
		CCB + Juros de 4,50% a.a.	2020/2022	R\$	1.402	–
	Arrendamento mercantil	2,50% a 4,50% a.a.	2022/2024	R\$	3.864	802
		0,62% a 1,65% a.m.	2014/2015	R\$	172	433
Outros	TJLP + 1,72% a 3,65% a.a.	2019	R\$	213	–	
				172.577	147.265	
Parcelas circulante				161.911	113.443	
Parcelas não circulante				10.666	33.822	

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2015	6.074
2016	709
2017	709
2018 - 2024	3.174
	10.666

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis. Os contratos de financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, não possuem cláusulas do tipo “*debt covenants*” que requerem a manutenção de determinados índices econômicos financeiros.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está representado por 300.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2013 em consonância à norma legal o montante de R\$ 393.

d. Reservas de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2013, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 5.448, destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2014 e para capital de giro.

15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2013 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 3.900 (R\$ 2.180 em 2012), os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 1.326 (R\$ 741 em 2012) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio pagos aos quotistas.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco de crédito está demonstrado a seguir:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	17.031	6.597
Aplicações financeiras	2.637	4.264
Contas a receber de clientes	82.707	74.889
Total	102.375	85.750

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco cambial

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a exposição cambial estava assim representada:

	2013		2012	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	1.219	2.858	641	1.311
Contas a receber	11.186	26.230	16.427	33.567
Passivo				
Empréstimos	(19.436)	(45.576)	(22.046)	(45.011)
Exposição líquida	(7.031)	(16.488)	(4.978)	(10.133)

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. O aumento da exposição cambial em 31 de dezembro de 2013 ocorreu em face da não realização das exportações que estavam programadas para o último trimestre de 2013.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

h. Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	4.763	4.763	3.875	3.875
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	2.637	2.637	4.264	4.264
Contas a receber de clientes	82.707	82.707	74.889	74.889
Empréstimos e financiamentos	172.577	172.577	147.265	147.265
Fornecedores	63.251	63.251	56.234	56.234

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

17. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2013	2012
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	448.242	346.138
Venda de produtos mercado externo	307.454	354.172
Venda de mercadorias	1.745	780
	757.441	701.090
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(52.757)	(36.953)
Devoluções e abatimentos	(11.982)	(9.052)
Ajuste a valor presente	(3.553)	(3.489)
Receita operacional líquida	689.149	651.596



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

18. Despesas e custos por natureza e função

Custos e despesas comerciais e administrativas	2013	2012
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	461.452	432.603
Despesas com pessoal	42.866	37.903
Depreciações e amortizações	8.605	7.891
FGTS	4.030	3.269
Benefícios a empregados	1.030	778
Outras receitas e despesas	142.826	108.982
Total	660.809	591.426
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	589.532	533.536
Vendas	58.975	48.486
Administrativas e gerais	12.302	9.404
	660.809	591.426

O aumento das despesas com vendas decorrem da maior participação de vendas no mercado interno, que requer em gastos maiores com logística quando comparados com o mercado externo.

19. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2013	2012
Juros ativos	5.651	5.708
Variações monetárias ativas	330	332
Variações cambiais ativas	5.775	4.405
Bonificações obtidas	-	1.201
Outros	305	182
	12.061	11.828
Despesas financeiras	2013	2012
Juros passivos	(21.902)	(21.935)
Variações monetárias passivas	(6)	(3)
Variações cambiais passivas	(8.731)	(8.602)
Outros	(764)	(827)
	(31.403)	(31.367)
Resultado financeiro líquido	(19.342)	(19.539)

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente
Alidor Lueders
Vice-Presidente

Irani Pamplona Peters
Conselheira
Maria Daurete Pamplona Rizzi
Conselheira
Edina Pamplona
Conselheira

Elvio de Oliveira Flores
Conselheiro
Milton Hobus
Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente
Osmar Peters
Diretor de Suprimentos e Logística

Sergio Luiz de Souza
Diretor Financeiro
Julio César Franzoi
Diretor Comercial

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial
Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e de Novos Negócios

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Pamplona Alimentos S.A.
Rio do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 12 de março de 2014



**KPMG Auditores
Independentes**
CRC SC-000071/F-8

**Claudio Henrique
Damasceno Reis**
Contador CRC SC-024494/O-1



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Balanco Social Anual 2013

Empresa: PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)			
Receita Líquida (RL)				689.149		651.596	
Resultado operacional (RO)				29.130		61.184	
Folha de pagamento bruta (FPB)				55.820		53.853	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	891	1,60%	0,13%	741	1,38%	0,11%	
Encargos sociais compulsórios	13.138	23,54%	1,91%	14.197	26,36%	2,18%	
Saúde	43	0,08%	0,01%	51	0,09%	0,01%	
Segurança e saúde no trabalho	905	1,62%	0,13%	812	1,51%	0,12%	
Educação	46	0,08%	0,01%	26	0,05%	0,00%	
Cultura	89	0,16%	0,01%	77	0,14%	0,01%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	104	0,19%	0,02%	86	0,16%	0,01%	
Creches ou auxílio-creche	106	0,19%	0,02%	92	0,17%	0,01%	
Auxílio Transporte	714	1,28%	0,10%	437	0,82%	0,07%	
Auxílio Funeral	5	0,01%	0,00%	8	0,01%	0,00%	
Seguro de Vida do Empregado	63	0,11%	0,01%	24	0,04%	0,00%	
Outros	14	0,03%	0,00%	4	0,88%	0,07%	
Total - Indicadores sociais internos	16.118	28,87%	2,34%	16.555	30,74%	2,52%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Cultura	22	0,08%	0,00%	19	0,03%	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade	22	0,08%	0,00%	19	0,03%	0,00%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	55.639	191,00%	8,07%	51.162	83,62%	7,85%	
Total - Indicadores sociais externos	55.661	191,08%	8,07%	51.181	83,65%	7,85%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	661	2,27%	0,10%	385	0,63%	0,06%	
Total dos investimentos em meio ambiente	661	2,27%	0,10%	385	0,63%	0,06%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		
		<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013		2012				
Nº de empregados(as) ao final do período	1.709		1.642				
Nº de admissões durante o período	942		926				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	81		75				
Nº de estagiários(as)	11		11				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	291		264				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	861		675				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18%		18%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	221		73				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	28		29				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013		2012		Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	30		25				
Número total de acidentes de trabalho	112		108				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 156.298		Em 2012: 161.174				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	43,72% governo	30,66% colaboradores(as)	36,71% governo	26,03% colaboradores(as)	2,50% acionistas	20,58% terceiros	
		2,54% retido	1,35% acionistas	19,73% terceiros	16,18% retido		
7 - Outras Informações							



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Unidades Fabris/Filiais

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115

CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Estação - RS

Rua Josino Monteiro, nº 2 - Sala 3, Bairro Centro
CEP 99930-000 - Estação - RS
Telefone: (54) 3337-3300
CNPJ Nº 85.782.878/0003-40 - CCICMS-RS. Nº 272/0008707

Laurentino - SC

Rod. SC-302, KM 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Tupanciretã - RS

Av. Padre Roque Gonzales, s/nº - Sala 17, Bairro Centro
CEP 98170-000 - Tupanciretã - RS
Telefone: (55) 3272-4663
CNPJ Nº 85.782.878/0007-74 - CCICMS-RS. Nº 151/0043796

Filiais de Distribuição

Itajaí - SC

Rod. Antonio Heil, nº 2205 - Bairro Itaipava
CEP 88316-001 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-9200
CNPJ Nº 85.782.878/0029-80 - CCICMS-SC. Nº 251.629.678

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Colombo - PR

Estrada da Graciosa, nº 503 - Sala 5B
Bairro Atuba
CEP 84413-200 - Colombo - PR
Telefone: (41) 3351-4250
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Conchal - SP

Av. Prefeito Nelson Cunha, nº 798 - Sala C
Bairro São João da Figueira
CEP 13835-000 - Conchal - SP
Telefone: (19) 3866-1490
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 270.020.518.119

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02
Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Porto Alegre - RS

Av. Assis Brasil, nº 5156 - Sala 01
Bairro Sarandi
CEP 91110-000 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3344-0112
CNPJ Nº 85.782.878/0004-21 - CCICMS-RS. Nº 096/3347470

Ribeirão Preto - SP

Rua Benedicta Rodrigues Domingos, nº 130 - Sala 08
Bairro Jardim Lacerda
CEP 14095-050 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (16) 3434-1559
CNPJ Nº 85.782.878/0006-93 - CCICMS-SP. Nº 582.018.406.110

Pouso Alegre - MG

Rua Nova Lima, nº 80
Bairro Aeroporto
CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana
Estrada Cab. Rib. Itoupava, s/nº Bairro Itoupava
CEP 89162-780 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 9144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadó
Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoadó
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento
Rod. SC 302, KM 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0020-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa
Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche
Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Bonatti
Estrada Geral, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9173-6492
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos
Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9189-2416
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes
Estrada Geral Águas Verdes, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 8823-8645
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo
Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463



www.pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115

www.pamplona.com.br